

NOTAS EXPLICATIVAS DO 4º TRIMESTRE DE 2017

1 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As **Demonstrações Contábeis (DCON) da Universidade Federal de Viçosa (UFV)** são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI. As DCON são elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

2 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

2.1 Moeda funcional

A moeda funcional utilizada é o Real. As Demonstrações Contábeis da UFV não apresentam nenhum registro em moeda estrangeira.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

São os valores disponíveis em caixa da conta única do Tesouro Nacional. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A UFV possui também Caixa e Equivalentes em Moeda Estrangeira, referente a Bônus da UNESCO.

2.3 Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) empréstimos e financiamentos concedidos; e (iii) adiantamentos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original e, quando aplicável, acrescido das atualizações monetárias e juros.

2.4 Estoques

Compreendem os materiais estocados em almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

2.5 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

2.6 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

2.7 Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

2.8 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

2.9 Passivo circulante

As obrigações da UFV são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar; (iii) obrigações fiscais; e (iv) demais obrigações.

2.10 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

2.10.1 Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para UFV e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFV, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.10.2 Resultado orçamentário

O regime orçamentário da UFV, como o dos demais órgãos da União, segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

2.10.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da UFV. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3 – NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO - BF

De acordo com a Lei no 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

As tabelas seguintes apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos até o quarto trimestre de 2017. Verifica-se que as despesas orçamentárias tiveram um crescimento maior (8,20%) que as receitas orçamentárias (0,11%). Entretanto, os recebimentos de transferências financeiras recebidas tiveram um acréscimo de 7,12%, enquanto que os desembolsos tiveram uma redução de 0,16%.

Tabela 1 – Total dos Ingressos

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AH(%)
Receitas Orçamentárias	8.642.926,09	7.506.674,57	0,11
Transferências Financeiras Recebidas	910.046.675,96	841.486.662,94	7,12
Recebimentos Extraorçamentários	33.685.922,19	25.566.443,66	0,84
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	9.951.422,76	7.224.295,81	0,28
TOTAL	962.326.947,00	881.784.076,98	8,37

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

Tabela 2 – Total dos Dispêndios

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	AH(%)
Despesas Orçamentárias	911.631.936,12	832.681.726,36	8,20
Transferências Financeiras Concedidas	9.534.452,25	10.121.564,29	-0,06
Despesas Extraorçamentárias	27.421.116,98	29.029.363,57	-0,16
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	13.739.441,65	9.951.422,76	0,39
TOTAL	962.326.947,00	881.784.076,98	8,37

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

O Resultado financeiro no quarto trimestre de 2017 foi superavitário em R\$ 3,78 milhões, com uma redução em comparação ao exercício anterior (2016) de 43%.

Os resultados foram obtidos através de duas metodologias, apresentadas a seguir.

Tabela 3 – Resultado Financeiro – Metodologia 1

(+) INGRESSOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	8.642.926,09	7.506.674,57
Transferências Financeiras Recebidas	910.046.675,96	841.486.662,94
Recebimentos Extraorçamentários	33.685.922,19	25.566.443,66
(-) DISPÊNDIOS		
	2017	2016
Despesas Orçamentárias	911.631.936,12	832.681.726,36
Transferências Financeiras Concedidas	9.534.452,25	10.121.564,29
Despesas Extraorçamentárias	27.421.116,98	29.029.363,57
(=) Resultado Financeiro	3.788.018,89	2.727.126,95

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

Tabela 4 – Resultado Financeiro – Metodologia 2

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	13.739.441,65	9.951.422,76
INGRESSOS		
	2017	2016
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	9.951.422,76	7.224.295,81
(+) Resultado Financeiro	3.788.018,89	2.727.126,95

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

Verifica-se que os itens de maior representatividade monetária registrados no BF se referem às Transferências Financeiras Recebidas, no total de R\$ 910 milhões. As Transferências Financeiras – Resultantes da Execução Orçamentária -, são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; e c) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma: (mesma sistemática para as concessões).

a) Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: cota;

b) Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros do MEC: repasse;

c) Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e campi de cada universidade ou instituto: sub-repasse.

Para compreender melhor as informações relacionadas às transferências financeiras, devemos nos reportar ao BO.

Os créditos orçamentários movimentados pelos órgãos durante o exercício, não são mais demonstrados na coluna da “Previsão Atualizada” da Receita, mas na coluna das “Despesas Empenhadas”, à medida que são executados (empenhados) e pagos. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita contêm os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão.

3.1 Restos a Pagar

As Transferências Financeiras – Independentes da Execução Orçamentária – são compostas, em sua grande maioria, para pagamento de Restos a Pagar. Esse item possui essa denominação por não se referirem à execução dos recursos do orçamento relativo ao exercício corrente, mas à execução de orçamento em exercícios anteriores.

Verifica-se que foram recebidos recursos financeiros, pelo MEC e outros, para Pagamento de RP, no montante de R\$ 30 milhões. Corroborando esse dado com as informações do BO, na coluna de “Restos a Pagar Pagos” (Anexo 1 e 2), foram pagos até o quarto trimestre de 2017, R\$ 27 milhões, da seguinte forma:

- a) Pagamento RPNP (Anexo 1): R\$ 25 milhões;
- b) Pagamento de RPP (Anexo 2): R\$ 1,4 milhões.

Restos a Pagar a Pagar Não Processados

Este item compõe-se em grande parte por despesas de investimentos, oriundas de obras e serviços de engenharia que, dada suas peculiaridades, necessitam de fiscalização e consequente provisão orçamentaria para sua conclusão. Créditos estes ora previstos no orçamento da instituição. Quanto aos saldos reinscritos (alongados de exercícios anteriores) foram objeto de averiguação junto aos responsáveis pela contratação para devidas providências e justificativas.

Restos a Pagar Processados

Dispêndios que surgem de obrigações oriundas das liquidações de despesas, principalmente as de custeio. Dado a política de repasse de transferências intragovernamentais, vinculadas as despesas efetivamente liquidadas, seu percentual em relação aos Restos a Pagar não apresenta relevante participação.

4 – NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

4.1 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2017, a Fundação Universidade Federal de Viçosa (órgão 26282) apresentou um saldo em aberto de R\$ 3.950.364,22 relacionados com fornecedores, sendo o total apresentado com obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Circulante	3.950.364,22	3.595.320,50	109,87
Nacionais	3.950.364,22	3.595.320,50	109,87
Estrangeiros	0,00	0,00	
Não Circulante	0,00	0,00	
Nacionais	0,00	0,00	
Estrangeiros	0,00	0,00	
Total	3.950.364,22	3.595.320,50	109,87

Fonte: SIAFI, tesouro gerencial 2016 e 2017.

A totalidade dos fornecedores e contas pagar do curto prazo acima mencionados se referem aos fornecedores nacionais.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2017.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

R\$ milhares (ou R\$)

	31/12/2017	AV (%)
Unidade Gestora 154051	3.655.046,35	92,52
Unidade Gestora 154052	295.317,87	7,48
Total	3.950.364,22	100,00

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial 2017.

A unidade gestora 154051 é responsável por 92,52% do total a ser pago.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 09 (nove) fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2017.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	R\$ milhares (ou R\$)	
	30/09/17	AV (%)
20320503001123 – Fundação Arthur Bernardes	2.030.537,39	51,40
20320503000151 - Fundação Arthur Bernardes	728.560,01	18,44
02414568000184 – FACEV Fundação Artística, Cultural e de Educação	177.300,40	4,49
03695175000159 - MT Empreiteira Ltda	153.280,13	3,88
04552404000149 – ADCON – Administração e Conservação Eireli EPP	122.160,95	3,09
13668695000126 - Pluma Terceirização Eireli	103.133,03	2,61
09422027000147 – Iany Santos Locação de Mão-de-obra Ltda	100.824,24	2,55
13575475000158 - Resolve Serviços Especiais Ltda	85.571,14	2,17
01245055000124 - Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda	74.665,19	1,89
Demais		9,48
Total	3.950.364,22	100,00

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial 2017.

Em relação aos principais fornecedores informados acima, eles representam 90,52% do total a ser pago. A seguir é apresentado os principais fornecedores no quadro resumo e suas transações:

Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
20.320.503/0011-23 - Fundação Arthur Bernardes	Contratação de instituição para apoio institucional e desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária. Instituir e articular a Rede Mais gestão de universidades para desenvolver estudos, pesquisa e inovação na área de gestão de cooperativas.	2.030.537,39	11/12/2014
20320503000151 – Fundação Arthur Bernardes	Fornecimento Generos alimentícios campi Viçosa	728.560,01	30/09/2017
02414568000184 – FACEV Fundação Artística, Cultural e de	Contratação de instituição para apoio institucional, e desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária...	177.300,40	01/06/2017

Educação			
03695175000159 - MT Empreiteira Ltda	Serviço de reforma dos alojamentos estudantis no campi UFV - Viçosa	153.280,13	09/06/2010
04552404000149 - ADCON – Administração e Conservação Eireli EPP	Serviço de Terceirização campi Viçosa/CEDAF/Rio Paranaíba ref. DIVERSOS	122.160,95	30/09/2017
13668695000126 - Pluma Terceirização Eireli	Serviço de Terceirização campi Viçosa	103.133,03	30/10/2017
09422027000147 - Iany Santos Locação de Mão-de-obra Ltda	Serviço de Terceirização campi CEDAF	100.824,24	31/12/2017
13575475000158 - Resolve Serviços Especiais Ltda	Serviço de Terceirização campi Viçosa/CEDAF/Rio Paranaíba	85.571,14	31/12/2017
01245055000124 - Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda	Aquisição de identificador biométrico digital para controle frequência servidores.	74.665,19	21/12/2017

Fontes: SIASG/SIAFI, 2017; Órgão 26282, 2017; Unidades Gestoras 154051/154052, 2017.

O principal valor do grupo fornecedor e contas a pagar se refere ao Fornecedor Fundação Arthur Bernardes, CNPJ 20.320.503/0011-23 . As obrigações são oriundas de liquidação de despesas decorrentes de contratos diversos para realização de apoio institucional e desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão universitária.

4.2 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2017, a Fundação Universidade Federal de Viçosa apresentou um saldo de R\$ 1.208.468.063,79 relacionado a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 31/12/2017 e 31/12/2016.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	R\$ milhares <u>AH%</u>
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	138.963.397,96	137.601.429,52	0,99
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(34.009.819,18)	(27.980.797,80)	21,55
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	1.069.504.665,83	1.016.646.227,84	5,20
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(3.657.352,48)	(1.194.399,26)	206,21
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	
Total	1.170.800.892,13	1.125.072.460,30	4,06

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017.

4.2.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26282 em 31/12/2017 totalizavam R\$ 138.963.397,96 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis - Composição

	31/12/2017	31/12/2016	R\$ milhares AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	66.770.174,36	61.586.115,40	8,42
Bens de Informática	22.846.570,53	22.498.402,23	1,55
Móveis e Utensílios	18.432.276,74	18.273.293,05	0,87
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	11.556.901,58	11.700.178,64	- 1,22
Veículos	11.631.884,75	11.095.960,65	4,83
Bens Móveis em Andamento	7.400.069,08	12.123.332,83	- 38,96
Semoventes e Equipamentos de Montaria	4.859,70	4.859,70	0
Demais Bens Móveis	320.661,22	319.287,02	0,43
Depreciação / Amortização Acumulada	(34.009.819,18)	(27.980.797,80)	21,55
Total	104.953.578,78	109.620.631,72	- 4,26

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 48,05% refere-se a **Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas**, o qual é composto da seguinte forma:

Tabela 03 – Bens Móveis – Composição Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas

Conta	Tipo	Valor	Conta	Tipo	Valor
1.2.3.1.1.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	5.834.383,05	1.2.3.1.1.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	1.306.533,71
1.2.3.1.1.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.800.275,09	1.2.3.1.1.01.10	Equipamento de Montaria	5.000,00
1.2.3.1.1.01.03	Equip/Utensílios Médicos, Odonto, lab. e Hospitalar	37.166.814,41	1.2.3.1.1.01.12	Equipamentos Peças e Acessórios para automóveis	68.846,70
1.2.3.1.1.01.04	Aparelho e Equipamento esportes e diversões	672.300,83	1.2.3.1.1.01.18	Equipamentos de manobras e patrulhamento	36.458,46
1.2.3.1.1.01.05	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	1.462.542,62	1.2.3.1.1.01.20	Máquinas e Utensílios Agropecuários/Rodoviários	4.646.318,32
1.2.3.1.1.01.06	Máquinas e Equipamentos Industriais	2.617.707,48	1.2.3.1.1.01.21	Equipamento Hidráulico e Elétricos	2.719.583,57
1.2.3.1.1.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.039.528,89	1.2.3.1.1.01.25	Máquinas, Utensílios e Equipamentos diversos	5.644.255,44
1.2.3.1.1.01.08	Máquinas e	1.749.625,79	TOTAL		66.770.174,36

	Equipamentos Gráficos			
--	-----------------------	--	--	--

4.2.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2017 totalizavam R\$ 1.069.504.665,83 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Bens Imóveis – Composição.

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Bens de Uso Especial	900.056.950,66	851.626.821,13	5,69
Bens Imóveis em Andamento	169.447.715,17	165.019.406,71	2,68
Depreciação / Amortização Acumulada	(3.657.352,48)	(1.194.399,26)	206,21
Total	1.065.847.313,35	1.015.451.828,58	4,96

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

De acordo com a tabela anterior, os Bens Imóveis em Andamento correspondem a 15,89% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Fundação Universidade Federal de Viçosa, perfazendo o montante de R\$ 169.447.715,17 em 31/12/2017 a valores brutos. Referem-se principalmente a obras de infraestrutura e investimentos executados nos campi Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba.

O aumento elevado em Depreciação foi devido ao registro, no atual trimestre, dos dispêndios econômicos referente ao exercício anterior.

A maior participação nos itens dos Bens Imóveis se refere aos de Uso Especial. Sua composição no patrimônio imobiliário são constituídos conforme tabela 4 abaixo:

Tabela 4 - Bens de Uso Especial – Composição

	R\$ milhares		
	31/12/2017	31/12/2016	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	155.862.054,58	154.132.230,08	1,12
Imóveis de Uso Educacional	740.719.910,08	694.201.742,17	6,70
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	3.474.986,00	3.292.848,88	5,53
Total	900.056.950,66	851.626.821,13	5,69

Fonte: SIAFI, 2017 e SIAFI, 2016.

O principal item (Imóveis de Uso Educacional – 84,16%) por exemplo, se trata de prédios, salas e outras estruturas físicas destinadas exclusivamente ao ensino e pesquisa, sendo os desembolsos efetuados nesse período estarem registrados em “Bens Imóveis em Andamento”.

VI. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

• Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Durante o 2º trimestre não foi registrado reavaliações referente aos bens móveis e imóveis pertencentes a Fundação Universidade Federal de Viçosa. Futuros registros são efetuados no sistema Spiunet por comissão devidamente constituída.

• Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis e bens móveis

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019

A Fundação Universidade Federal de Viçosa possui sistema próprio de Depreciação e Reavaliação (S.I.M.) o qual a conciliação é efetuada pela contabilidade através de relatórios patrimoniais extraídos e atestados por autoridade responsável.

Foi utilizado para fins de depreciação as principais contas por critério de relevância em consonância com a sugestão de implantação dos procedimentos pela STN e manual SIAFI 02.03.30.

• Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

R\$ milhares

Bens	Conta Contábil	Depreciação / Amortização / Exaustão	Reavaliação / Redução ao Valor recuperável	Data Mensuração
Bens de Uso Educacional	123210107	3.611.735,45	0,00	31/12/2017
Fazendas	123210109	36.836,54	0,00	31/12/2017
Museus	123210114	7.867,48	0,00	31/12/2017
Salas	123210124	913,01	0,00	31/12/2017

Fonte: SIAFI 2017

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No presente exercício houve necessidade de registro de depreciação de exercícios anteriores, conforme informado no item específico, decorrente de ajustes relatados nos demonstrativos do serviço de patrimônio. Não houve demais fatos relevantes que interferiram no patrimônio da instituição.

4.3 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2017, a Fundação Universidade Federal de Viçosa (órgão 26282) possuía um saldo de R\$ 113.625.544,28 relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 01 – Obrigações Contratuais – Composição.

	R\$ milhares (ou R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016	AH (%)
Aluguéis	329.958,12	266.978,93	23,59
Fornecimento de Bens	12.490.481,65	13.156.073,79	(5,06)
Seguros	96.035,71	107.317,91	(10,51)
Serviços	100.709.068,8	104.685.667,92	(3,80)
Total	113.625.544,28	118.216.038,55	

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial 2016 e 2017.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços (339039) representam a maioria (88,63%) do total das obrigações assumidas pelo órgão 26282 ao final de 31/12/2017.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 31/12/2017.

Tabela 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

	R\$ milhares (ou R\$)	
	31/12/2017	AV (%)
154051	104.994.346,65	92,40
154052	8.599.744,92	7,57

154053 31.452,71 0,03

Total **113.625.544,28** **100,00**

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial 2017.

As unidades gestoras acima informadas são responsáveis por 100,00% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2017.

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

R\$ milhares (ou R\$)

	31/12/2017	AV (%)
ADCON – Administração e Conservação Eireli Ltda	26.156.168,11	21,85
Cemig Distribuição S.A.	10.492.460,08	8,76
Fundação Arthur Bernardes	9.385.204,00	7,84
Alcance Engenharia e Construção Ltda	6.368.031,31	5,32
Telemar Norte Leste S/A – Em recuperação judicial	4.799.170,98	4,01
Artebrilho Multserviços Ltda	4.573.972,48	3,82
Agil Metálicas Ltda - ME	3.492.740,34	2,92
Iany Santos Locação de Mão de Obra - EPP	2.970.014,33	2,48
Pluma Terceirização Eireli - EPP	2.123.308,92	1,77
JM & T Turismo Ltda - ME	1.901.687,94	1,59
Global Engenharia e Meio Ambiente Ltda – EPP	1.854.944,85	1,55
Trivale Administração Ltda	1.661.639,97	1,39
Copagaz Distribuidora de Gas S.A	1.653.821,04	1,38
Universitária Locadora de Veículos Ltda - EPP	1.508.116,06	1,25
Demais	40.780.713,44	34,06
Total	113.625.544,28	100,00

Fonte: SIAFI, Tesouro Gerencial 2017.

Em decorrência a diversas conciliações de contratos, houve no último período redução relevantes em seus saldos, em comparação ao trimestre anterior.

No quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 – Contratados– Principais Transações.

Contratado	Objeto	Valor Contratado	Valor a Executar	Validade
ADCON – Administração e Conservação Eireli Ltda	Diversos Serviço de Terceirização de Mão de Obra - campi Viçosa, Rio Paranaíba e Florestal – validade até exercício 2018	105.039.301,73	26.156.168,11	2018
Cemig Distribuição S.A.	Serviço de fornecimento energia elétrica campi Viçosa	20.177.480,16	10.492.460,08	2018
Fundação Arthur Bernardes	Serviço de apoio institucional em educação	30.224.704,22	9.385.204,00	2018
Alcance Engenharia e Construção Ltda		22.926.888,17	6.368.031,31	2018
Telemar Norte Leste S/A – Em recuperação judicial	Serviços de telecomunicações campis Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba	11.041.042,00	4.799.170,98	2018
Artebrilho Multserviços Ltda	Serviço de Terceirização de mão de obra campi Viçosa.	13.918.954,59	4.573.972,48	2018
Agil Metálicas Ltda - ME	Obras diversas campi Florestal	6.202.891,43	3.492.740,34	2017
Iany Santos Locação de Mão de Obra - EPP	Serviço de Terceirização de mão de obra campi Florestal.	4.729.800,18	2.970.014,33	2018
Pluma Terceirização Eireli - EPP	Serviço de Terceirização de mão de obra campi Rio Paranaíba	2.123.308,92	2.123.308,92	2018
JM & T Turismo Ltda - ME	Serviços de aluguel veículos com motorista	2.116.800,00	1.899.772,74	2018
Global Engenharia e Meio Ambiente Ltda – EPP	Obras diversas campi Florestal	2.310.728,14	1.854.944,85	2018
Trivale Administração Ltda	Serviços de administração e logística em manutenção de transportes	3889270,85	1.661.639,97	2018
Copagaz Distribuidora de Gas S.A	Fornecimento de gás	2.873.592,71	1.653.821,04	2017
Universitária Locadora de Veículos Ltda - EPP	Locação de veículos com motorista para campi Viçosa	3.028.560,00	1.508.116,06	2018

Fontes: SIASG, SIAFI 2017; Órgão 26282, 2017; Unidade Gestora 154051/154052/154053, 2017.

O principal valor do grupo obrigações contratuais se refere ao Contratado ADCON – Administração e Conservação Eireli Ltda, referente a diversos contratos de terceirização de mão de obra, com vencimento em 2018.

5 – NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÃO PATRIMONIAL - DVP

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos. Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial, detalhados nas notas explicativas desse demonstrativo.

5.1 – Transferências Intergovernamentais

A principal fonte de financiamento das atividades da instituição (93,02%), referente a transferências de recursos vinculados ao orçamento do Ministério da Educação. Aplica-se a manutenção das despesas de pessoal, custeio e investimento dos 03 (três) campis.

5.2 – Reavaliação de Ativos

Registro de atualização/reavaliação dos imóveis da instituição, com base na alta estrutura instalada necessária as atividades administrativas e acadêmicas, gerados a partir dos dados obtidos pelo sistema SPIUnet.

5.3 – Contribuições Sociais

Registro de estorno de passivo provisionado para pagamento de contribuição para o PASEP, exercício 2015. Esse fato explica a redução (100%) de caráter sazonal neste tipo de variação patrimonial aumentativa. Não possui relevância na composição patrimonial da instituição.

5.4 – Juros e Encargos de mora (VPA)

Receita oriunda de mora, por cobrança de terceiros em serviços prestados/receita própria da instituição. Não possui relevância e de característica altamente cíclica, apesar do percentual de aumento em comparação ao exercício anterior (54,68%).

5.5 – Juros e Descontos Concedidos

Despesa oriunda de descontos em taxas, por cobrança de terceiros, em serviços prestados/receita própria da instituição. Não possui relevância e de característica altamente cíclica, apesar do percentual de aumento em comparação ao exercício anterior (121,89%).

5.6 – Juros e Encargos de Mora (VPD)

Despesa oriunda de atrasos por cobranças de tarifas de serviços prestados por concessionárias/instituições diversas. Não possui relevância e de característica altamente cíclica. No atual exercício não houve ocorrência desta variação negativa, representando portanto no alto valor percentual (-100%) nas análises extraídas dos demonstrativos contábeis.

5.7 – Desincorporação de Ativos

Registro da baixa de bens móveis, decorrente da utilização do estoque em almoxarifado, conforme relatórios RMA. Em virtude da estagnação das compras de bens, bem como a atualização das baixas contábeis no final do exercício 2017, houve uma alta (88,05) representativa nas análises apuradas.

5.8 – Remuneração a Pessoal

Representa o principal dispêndio institucional, decorrente de provisão de despesas com pessoal ativo e inativo.

5.9 – Aposentadoria e Reformas

Representa o dispêndio institucional com benefícios e aposentadoria do pessoal inativo.

5.10 – Encargos Patronais

Despesas decorrente dos custos com remuneração de pessoal e pensionistas.

6 – NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO

Representa a composição das receitas e despesas orçamentárias orçadas e realizadas no exercício findo de 2017, diretamente arrecadadas pelo órgão UFV - 26282. Não estão relacionadas as receitas com transferências intragovernamentais, conforme demonstrativo de variações patrimoniais aumentativas.

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes do demonstrativo contábil.

6.1 - Receitas

Até o quarto trimestre de 2017, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 8,64 milhões, enquanto que as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 914 milhões, gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 905 milhões. Essa disparidade pode ser justificada pelas informações já mencionadas anteriormente de que a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contém os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelo órgão, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas

(Dotação Atualizada); e a de que os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por “ente” e não por “órgão/UG”.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar que os recursos financeiros (Transferências Financeiras Recebidas - dependentes da execução orçamentária), registradas do lado dos Ingressos correspondem aos créditos orçamentários recebidos, e perfazem o total de R\$ 910 milhões. Portanto, o total das disponibilidades financeiras (Receitas Arrecadadas e Transferências Financeiras Recebidas), no montante de R\$ 918 milhões, são suficientes para atender às despesas empenhadas até o quarto trimestre, que foram de R\$ 914 milhões, gerando ainda um resultado financeiro positivo no BF. Pela análise, as despesas empenhadas (R\$ 914 milhões) alcançaram 102,44% do total da Dotação Atualizada (R\$ 892 milhões) O montante superior da execução orçamentária decorre principalmente de despesas com pessoal e encargos, através de créditos adicionais, não computado no montante das despesas de caráter discricionário.

6.1.1 – Receitas Correntes

Realizadas no exercício acima da previsão atualizada, ocasionando em superávit na arrecadação. Decorrem principalmente de receitas de serviços, o qual representaram 82,03% do total das receitas realizadas, excluindo as de transferência. Advém da exploração das atividades educacionais e administrativas, como taxas de concursos, emissão de documentos, hospedagem e alimentação, bem como resultantes de estudos e pesquisas diversas. Outras receitas são auferidas pela exploração dos ativos disponíveis na instituição (11,17%), através de aluguéis de imóveis a outras instituições e empresas que utilizam o espaço para realização de atividades operacionais necessárias.

6.1.2 – Receitas de Capital

A principal fonte de receita de capital foi oriunda de alienação de bens móveis (0,61%), atividades estas vinculadas a leilões principalmente de veículos e semoventes.

6.2 – Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento. O demonstrativo expõe a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

6.2.1 – Despesas Correntes

O orçamento foi realizado acima do previsto inicialmente conforme demonstrativos apurados. Responsável pela quase totalidade dos dispêndios da instituição (96,27%), principalmente na rubrica Pessoal e Encargos.

6.2.2 – Despesas de Capital

Voltado principalmente as atividades de manutenção das instalações e serviços diversos com ensino, pesquisa e extensão. O principal item deste grupo se refere a Investimentos (obras em execução) representando 3,73 % das despesas executadas no exercício de referência. Houve relevante redução em relação aos exercícios anteriores, decorrente do contingenciamento do orçamento de investimentos.

6.3 – Restos a Pagar

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto no 93.872/1986, os RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas (executadas) até 31 de dezembro; enquanto que os Restos a Pagar Processados, dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até esta data, porém, pendentes de pagamento.

6.3.1 - Restos a Pagar Não Processados

Este item compõe-se em grande parte por despesas de investimentos, oriundas de obras e serviços de engenharia que, dada suas peculiaridades, necessitam de fiscalização e conseqüente provisão orçamentaria para sua conclusão. Créditos estes ora previstos no orçamento da instituição. Quanto aos saldos reinscritos (alongados de exercícios anteriores) foram objeto de averiguação junto aos responsáveis pela contratação para devidas providências e justificativas.

6.3.2 – Restos a Pagar Processados

Dispêndios que surgem de obrigações oriundas das liquidações de despesas, principalmente as de custeio. Dado a política de repasse de transferências intragovernamentais, vinculadas as despesas efetivamente liquidadas, seu percentual em relação aos Restos a Pagar não apresenta relevante participação.

7 – NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA - DFC

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no BF. Portanto, até o quarto trimestre de 2017, a geração líquida de caixa foi positiva de R\$ 3,78 milhões, apresentando um acréscimo em relação ao mesmo período de 2016, de 28%, conforme tabela abaixo.

Resultado Financeiro	AH (%)		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	13.739.441,65	9.951.422,76	38,07
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	9.951.422,76	7.224.295,81	37,75
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.788.018,89	2.727.126,95	38,91

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

A seguir são apresentadas as atividades que contribuíram para o aumento da formação de caixa.

Atividades	AH (%)		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	
Fluxos de Caixa de Atividades das Operações	32.546.955,04	35.884.055,48	- 9,30
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-28.758.936,15	-33.156.928,53	13,26
Fluxos de Caixa das Atividades de financiamento	-	-	-
TOTAL	3.788.018,89	2.727.126,95	38,91

Fonte: SIAFI, 2016 e 2017

7.1 – Atividades Operacionais

As atividades Operacionais foram as que mais contribuíram para a geração líquida de caixa superavitária. A receita que teve maior participação nesse resultado foi a Receita de Outros Ingressos, representados pelas Transferências Recebidas do MEC e outros órgãos no valor de R\$ 910 milhões., conforme exposto também nas notas explicativas do Balanço Orçamentário.

Os desembolsos totalizaram R\$ 886 milhões. Tendo em vista que os ingressos provenientes de receitas, no total de R\$ 8,5 milhões, são insuficientes para custear os desembolsos, os ingressos dos repasses de transferências equalizaram a situação. Esse fato também é explicado nas notas explicativas do item 3 do Balanço Financeiro e Balanço Orçamentário.

7.2 – Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais dos órgãos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienação de bens), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem aquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente, títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza, bem como as amortizações de dívida e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Pela análise da tabela abaixo, verifica-se que os desembolsos foram superiores aos ingressos, resultando num fluxo deficitário de R\$ 28 milhões.

Os maiores montantes, se referem a alienação de veículos e semoventes, bem como a aquisição de equipamentos e obra para manutenção das atividades acadêmicas, conforme detalhado nas Notas Explicativas do Balanço Patrimonial.

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	2017	2016
	-28.758.936,15	-33.156.928,53
Ingressos	52.600,00	83.250,00
Alienação de Bens	52.600,00	83.250,00
Desembolsos	-28.811.536,15	-33.240.178,53
Aquisição de Ativos não circulantes	-24.419.992,94	-28.295.773,79
Outros desembolsos de Investimentos	-4.391.543,21	-4.944.404,74

7.3 - Atividades de Financiamento

Não foi registrado até o término do exercício 2017 atividades de financiamento. Estas fontes de caixa são provenientes de operações de créditos, amortizações de empréstimos concedidos e outras receitas de capital, não contratadas pela instituição.